

Educação, Cultura e Arte em Portugal, no século XIX

Rodrigo do Prado Bittencourt*

Resumo

Este artigo busca analisar a vida cultural do Portugal do século XIX. Ele visa perceber as linhas de força que configuraram as principais transformações ocorridas durante este período no país como um todo. Percebe-se a criação de um mercado cultural de massas. Assim, o império do mercado e a necessidade de vendas sobrepõe-se à antiga instituição do mecenato. Percebe-se também a expansão do ensino básico promovida por iniciativa do Estado Liberal e o avanço da alfabetização, se bem que ainda em meio a muitos problemas e dificuldades. Tais mudanças acabam por afetar profundamente a arte e a cultura, modificando o cenário do começo do século, quando elas eram ainda elitizadas, eruditas e alheias às pressões econômicas da indústria capitalista.

Palavras-chave: Portugal, Liberalismo, alfabetização, mercado literário

* Graduado em Ciências Sociais pela USP, mestre em Teoria e História Literária pela UNICAMP e doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de Coimbra. Bolseiro CAPES.

Résumé

Cet article a pour but d'analyser la vie culturelle du XIXe siècle au Portugal. Il vise à comprendre les grandes lignes qui ont façonné les principaux changements qui se sont produits pendant cette période dans tout le pays. On aperçoit la création d'un marché culturel de masses. Ainsi, l'empire du marché et la nécessité de ventes remplacent l'ancienne institution de patronage. Il est également remarqué l'expansion de l'éducation de base promue par l'initiative de l'État Libéral et l'avancement de l'alphabétisation, bien qu'étant toujours au milieu de nombreux problèmes et difficultés. Ces changements finissent par affecter profondément l'art et la culture, en modifiant le scénario du début du siècle, où ils étaient encore dominés par l'élite, hautement érudits et inconscients des pressions économiques de l'industrie capitaliste.

Mots-clés : Portugal, libéralisme, alphabétisation, marché littéraire

Deseja-se aqui analisar alguns aspectos das transformações culturais, no âmbito do conhecimento e da arte, pelas quais passou Portugal no século XIX. Para a discussão sobre este tema é preciso ter em mente a mudança de paradigma que representou a adoção do Liberalismo. Em teoria, este posicionamento político defende a liberdade de expressão, a criatividade, a inovação e a ciência. Na prática, nem sempre foi assim, mas é certo que os liberais não poderiam adotar a mesma política cultural que os absolutistas. Ao menos, não sem boas justificativas.

Deve-se atentar, entretanto, que a repressão à oposição é uma medida comum a absolutistas e liberais, embora com diferentes graus de sutileza. Lembrando que mesmo governos que se autodeclaram "liberais" podem ser adequadamente classificados como "autoritários" em sua política cultural e também podem apresentar forte repressão a qualquer tipo de oposição. O governo de Costa Cabral é um bom exemplo disto. O governo liberal não deixou de censurar e perseguir; mesmo após 1834, tem-se o funcionamento da repressão à livre veiculação de ideias.

Assim, deve-se ter em mente que o Liberalismo, a despeito de seus golpes contra a Igreja Católica e a Inquisição, não deixou de agir de modo semelhante aos inimigos que dizia combater. Ao menos, em alguns momentos.

Isso porque se temia não o conjunto da população, mas alguns poucos intelectuais. Mesmo no último quartel do século XIX, o número de analfabetos em Portugal ainda era altíssimo, de modo que eram os intelectuais progressistas o maior perigo do ponto de vista do Estado. Cunha afirma que “em 1878 a percentagem de analfabetos, em Portugal, era da ordem dos 83% baixando para 19,2% em 1890” e que era de “90% a percentagem relativa ao analfabetismo da mulher, mesmo no ano de 1878”¹.

Especialmente durante o governo de D. Miguel, se fez notar esta perseguição à intelectualidade opositora. A devassa feita em casa de Afonso é um elemento ficcional que faz referência a esta prática². São os intelectuais os primeiros a conhecerem as ideias vindas de fora e são estas que sucessivamente preocuparão os governantes ao longo do século. Temia-se que as agitações, revoluções e golpes de Estado de outros países acabassem por se reproduzir em solo lusitano. Houve, ao longo do século XIX, uma intensa sucessão de utopias e projetos políticos, o que muitas vezes atormentou aqueles que desejavam a manutenção da ordem. O Liberalismo, nas quatro primeiras décadas do século XIX em Portugal travou intensa luta contra o Absolutismo. Até vencê-lo e consolidar-se como sistema político vigente, foi tratado como ideologia criminosa e subversiva. Após a sua consolidação, no entanto, será o Liberalismo quem reagirá às novas ideologias libertárias. Já a partir da década de 1870, ele passará a travar embates contra o Republicanismo e, em menor grau de intensidade — porque mais fracos no país — o Socialismo, o Comunismo e o Anarquismo. Estas ideologias constituíam ameaças, sob o ponto de vista da elite governante portuguesa e será sobretudo na figura dos intelectuais que elas serão combatidas, como outrora o Absolutismo combateu os intelectuais liberais.

Não se pode descartar a possibilidade de revoltas populares, mas elas se escassearão cada vez mais, ao longo do século. Além disso, deve-se levar em consideração que elas podem, sim, ser influenciadas por protestos de intelectuais ou ocorrerem em prol também dos interesses da classe média, mas têm uma ligação profunda com as condições econômicas das classes baixas e com a piora de sua situação devido a fatores conjunturais, tais como crises, problemas na produção agrícola, inflação, etc. Assim, a

¹ M. R. Cunha, *A Inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 34-35.

² No romance *Os Maias*, de Eça de Queirós, o intelectual liberal Afonso da Maia tem sua casa invadida e vasculhada por tropas miguelistas.

carestia dos alimentos, o baixo poder de compra dos salários ou alguma lei específica que prejudicasse um grupo profissional amplo tendiam a causar revoltas populares com uma frequência muito maior que ideais filosóficos veiculados por livros e discutidos por lentes de Coimbra.

Após a queda do Absolutismo, que tinha intensa penetração popular, devido às suas raízes históricas e à ação educativa da Igreja Católica, as revoltas populares tendem a deixar o eixo social, ideológico e político para consolidarem-se enquanto demandas por transformações econômicas, como se disse. Isso porque nenhuma outra ideologia conseguiu uma penetração social tão intensa e arraigada no seio da população de baixa renda quanto anteriormente o Catolicismo e o respeito pela Coroa e sua autoridade de direito divino. Isso é reflexo também do próprio avanço do capitalismo e do crescimento em importância de tudo que diz respeito às realidades econômicas, em detrimento de fatores meramente ideológicos.

Esta transformação fortalecedora da luta de classes é reflexo da própria ascensão da burguesia, que, como já se viu, não esconde, como fazia a aristocracia, sua dominação por trás dos véus da tradição ou da religião, mas a expõe em toda sua crueza de relações pecuniárias interesseiras. Isso porque, ao contrário da aristocracia, dominante no Antigo Regime, a burguesia dispõe de capital econômico, mas não de capital cultural. Ela está longe de ter o prestígio, a liderança e o respeito social de que a aristocracia dispõe e lutará por todo o século XIX para tentar, se não equilibrar esta balança, ao menos, enfraquecer sua oponente. Isso quando não deseja ser assimilada pela própria adversária, como é o caso da burguesia de Portugal, pelo menos durante a maior parte do século XIX.

De todo modo, a maior relevância dos aspectos econômicos coloca a burguesia numa situação em que deve fazer acompanhar o crescimento de seus lucros de uma gradual e pequena melhoria dos salários e outros elementos influentes nas condições de vida das classes baixas. Assim, os avanços econômicos constituem a melhor arma contra as possíveis revoltas. E, ainda que menos que o resto da Europa, Portugal cresce economicamente, no século XIX: “uma fase mais dinâmica (1870-1890, com uma taxa de crescimento médio anual de 1,18%) é enquadrada por períodos mais frouxos (1850-1870, com uma taxa de crescimento de 0,68%, e 1890-1910, em que ela é de 0,47%)”³

³ F. T. Fonseca, “Flutuações e Crises Económicas”, in J. L. Roque e L. R. Torgal (org.), *História de Portugal: o Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 341.

Retomando, é aos intelectuais, pois, que se dirige a censura e a política cultural portuguesa do século XIX. Assiste-se, nas primeiras décadas deste período, ao desenvolvimento de uma nova classe intelectual, desta vez a favor do Liberalismo; pronta para contestar o Antigo Regime. A formação desta nova intelectualidade (ou *intelligentsia*) não se deu sem percalços e contradições. Acusações de traição não foram raras e houve momentos em que as ideias liberais e miguelistas pareciam concordar sobre alguns pontos.

Surge, no entanto, uma ruptura no edifício ideológico português. Agora, novas propostas se opõem às antigas com vigor e demandam um posicionamento claro diante de cada questão. A citação acima, sobre o estilo Setembrista na escrita das leis e na indumentária mostra que a questão já não se restringe ao conteúdo, mas mesmo a forma adotada pelos conservadores é rejeitada. O lugar de poder da intelectualidade também muda, perdendo poder a *intelligentsia* clerical e mesmo a da Universidade de Coimbra, em prol de um avanço de outros centros universitários, criados neste século; da imprensa, que encontra-se em pleno desenvolvimento; de uma classe artística cada vez mais autônoma e de membros do Estado Liberal.

Evidentemente, a abertura aos contestadores não se deu sem luta e algumas instituições mantiveram-se firmes em sua posição a favor da manutenção do *status quo*, rejeitando com veemência as ideias liberais e seus adeptos. Assim, muitas vezes a veiculação das ideias desta nova intelectualidade se deu na clandestinidade e na contestação não apenas do posicionamento político vigente, mas das instituições que o apoiavam. Em outras palavras, a contestação à política autoritária, retrógrada e obscurantista da Universidade de Coimbra muitas vezes se confundiu à luta não contra um posicionamento político desta instituição, que poderia ser mudado, mas contra ela, em si. Isso por ela ser percebida como construída historicamente de um modo inerentemente conservador e por não se crer em sua efetiva mudança. Quanto à Igreja, as ordens religiosas foram extirpadas, sendo assim facilmente assimilado ao Estado Liberal o clero regular. O ataque às ordens foi também um ataque à intelectualidade clerical, mas as disputas contra este centro de poder não cessaram por causa disso, permanecendo ativas durante todo o século XIX; embora a questão da Universidade de Coimbra a tenha ofuscado, na segunda metade do período. Com efeito, a tradicional universidade, bastião do conservadorismo, será ao longo do século atacada por intelectuais que desejam romper com o seu monopólio do saber e da autoridade acadêmica.

O Liberalismo historicamente constitui-se de uma ideologia burguesa de classe média. Assim, não poderia ele compactuar com o elitismo da Universidade de Coimbra e com o conhecimento tomista puramente abstrato nela veiculado. Pouco interessante economicamente, este tipo de conhecimento tradicionalmente clerical é relegado a segundo plano dentro da perspectiva burguesa, que visa tão somente o lucro e, portanto, o incremento da produtividade e da mais-valia.

Assim, esta nova intelectualidade vai propor a criação de outros institutos de ensino superior, dotados de outros cursos, mais atraentes para ela, pois mais aplicáveis às atividades da indústria e do comércio. Isso, sem mencionar, a criação de cursos técnicos para a formação da mão-de-obra operária que trabalharia para esta burguesia, qualificando o proletariado não com o intuito de beneficiá-lo, mas de aumentar a produtividade e, portanto, aquilo que Marx chamou de “mais-valia relativa”⁴.

Estes novos cursos e novas instituições são criados em franca oposição ao conhecimento produzido pela Universidade de Coimbra, tido como meramente mnemônico, postiço, ultrapassado e inútil. No entanto, a própria Universidade não deixou de sofrer mudanças e de criar novos cursos e novas cadeiras em cursos tradicionais, atendendo, em parte, às demandas desta nova intelectualidade e modernizando-se.

A estigmatização das atividades manuais, tão tipicamente aristocrática e, como já foi dito acima, tão arraigada em Portugal no século XIX, é fruto de uma mentalidade aristocrática já bem antiga, mas ainda viva. A erudição é valorizada como bem supremo e o cultivo das Letras, da Teologia, da Filosofia e do Direito – ensinados como não mais que a memorização de fórmulas arcaicas e pouco práticas – ainda são vistos por muitos como o verdadeiro conhecimento. A capacidade crítica e a análise da realidade empírica são criticadas como mesquinhas e pequenas, diante dos grandes conhecimentos universais legados pela tradição. Ocupar-se das leis da natureza, ao invés dos clássicos, afigura-se para muitos como uma atividade essencialmente burguesa e baixa. Acontece, porém, que o poder da burguesia é crescente e o conflito entre estas duas perspectivas se acentuará cada vez mais.

Diante da politização do campo intelectual, neste momento de intensas transformações sociais, e da perseguição política sofrida por muitos destes novos personagens da História Portuguesa, surge a iniciativa de

⁴ Karl Marx, *El Capital: Crítica de la Economía Política*, México, FCE, 1999.

separar a intelectualidade dos conflitos partidários, conferindo-lhes uma espécie de imunidade frente às sucessivas mudanças de grupos políticos no poder. Isso é feito após a traumática guerra civil entre liberais e absolutistas entre 1832 e 1834, conflito fratricida que provocou o exílio de muitos intelectuais, como afirmam Torgal e Vargues: “resultou que esse êxodo fosse essencialmente o dos grupos sociais mais cultos”. São estes autores também que destacam os principais dentre estes intelectuais exilados: Almeida Garrett, Sá da Bandeira, Luís da Silva Mouzinho de Abulquerque, o futuro Duque da Terceira e os Bracamp. A importância desta intelectualidade dentre os perseguidos e exilados é tão grande que, uma vez fora do país, ela produziu um intenso e vivo jornalismo destinado não a temas dos locais em que se encontravam, mas voltados para a discussão da realidade política de Portugal.⁵

A perseguição política somou-se à religiosa, uma vez que o Absolutismo ligava-se ao Catolicismo Ultramontano e o Liberalismo à Maçonaria. Isso fez com que os ódios recrudescem ainda mais. Diante disso, a segurança da intelectualidade crítica ao *Ancien Régime* fica comprometida durante o reinado de D. Miguel. Mesmo após a vitória liberal (que não acontecerá sem percalços e retrocessos), a liberdade de pensamento, a imunidade parlamentar e a autonomia de cátedra permanecem ameaçadas. A violenta repressão reacionária não desaparece totalmente do cenário lusitano do século XIX (e se mostrará presente, sobretudo, no Período Cabralista), mas não é ela a única ameaça, ocorre também uma mesquinha disputa por cargos e vencimentos, em meio a alternância de partidos políticos no poder. Disputa que leva os intelectuais do partido vencido à demissão e aos problemas financeiros, sobretudo após a implantação da Regeneração, em 1851.

É neste contexto que esta nova classe de pensadores tenta alcançar uma relativa autonomia diante das constantes trocas de gabinetes ministeriais, instaurando sua legitimidade na sua condição de detentores do saber e do talento e rejeitando a submissão direta aos grupos partidários de políticos profissionais. A ideia é que intelectuais de diferentes posicionamentos políticos possam debater livremente, sem perderem seus empregos no Estado ou na Imprensa a cada mudança de governo. A luta pela concretização deste ideal tem em Garrett um de seus principais protagonistas e vem

⁵ L. R Torgal e I. N. Vargues, “Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O exílio político”, in J. L. Roque e L. R Torgal, *op.cit.*, p.68-9.

desde a década de 1840. Com efeito, é de 1846 um documento de autoria de Garrett, no seio dos trabalhos da Liga Promotora de Melhoramentos da Imprensa, em que advoga a união de toda a classe intelectual e jornalística em torno de sua autonomia, recusando-se a aceitar represálias por iniciativas puramente literárias publicadas em veículos de imprensa da oposição.

Isso, por si só, já mostra, por um lado, um processo de amadurecimento do campo intelectual, e, por outro, a formação de um público leitor cada vez maior e mais assíduo, com um consumo de obras intelectuais capaz de garantir a autonomia deste grupo de produtores culturais e intelectuais. Verdadeira independência e imunidade, entretanto, só poderiam vir de uma verdadeira democratização da imprensa, da universidade e do parlamento. Sem isso, a disputa nunca seria de fato igual. Ou seja, sob o manto da imunidade protetora conferida a todos os membros do campo, ofuscam-se aí as disputas internas do próprio campo; na defesa da luta dos interesses tidos como de toda a classe, é deixado de lado o fato de que existe profunda desigualdade no seio desta classe. Em nome da autonomia da classe, exige-se a submissão dos mais radicais aos mais conceituados e famosos intelectuais, como Garrett e Herculano. Isto ocorre num momento em que as Letras e o Jornalismo já não eram atributos apenas de uma pequena elite. A democratização da educação trouxe o acesso às Letras não apenas à antiga elite nobre, mas surgem agora, ainda que em Portugal eles sejam poucos, alguns “proletários das letras”.

Tem-se, portanto, uma pequena elite intelectual, política e artística a pregar a união de seus membros, de modo que divisões partidárias não os afetem. Esta união, entretanto, apenas reforça sua entronização no poder, em detrimento de toda uma ampla camada de baixos funcionários públicos e empregados da imprensa, que têm seu ganha-pão no uso da palavra e da escrita, mas que pouco interessa à esta elite.

A democratização do conhecimento escolar atingiu outras classes, mas não as levou para a elite. Antes disso, criou uma subclasse de letrados dentro do proletariado. Para estes, a solidariedade não existe e a “República das Letras” não passa de uma vã promessa. Não é à toa que Eça de Queirós os coloca ainda abaixo do operariado fabril, no caso de Portugal. Os pobres amanuenses das repartições públicas lisboetas ganham ainda menos que os trabalhadores braçais da moderna indústria e estão mais sujeitos a perder o emprego ou a não conseguir a merecida promoção por causa do favorecimento pessoal patrimonialista que vigora no Estado. Como na Rússia de Gógol, o funcionário aprende antes a bajular e a manter um comportamento

servil que a desempenhar com eficácia seu trabalho. Afinal, de nada adianta ser um bom funcionário se o que traz o progresso na carreira é o gesto de agradar o superior hierárquico e não as qualidades do trabalho feito.

Esta nova classe letrada, que poderia ser chamada de “proletariado das letras”, empobrecida pelo baixo ordenado e embrutecida pelas condições aviltantes em que desempenha suas funções, não necessariamente terá peso nas decisões mais importantes a serem tomadas no país. Ninguém se importa com que estes baixos funcionários pensam ou desejam. Sua educação serôdica, pois ainda atrelada à arcaica metodologia da memorização de compêndios ultrapassados, terminou com o diploma e nem sempre continua com a leitura e a pesquisa voluntárias na vida adulta. Não apenas porque seu trabalho pouco interessante e mal remunerado lhes enfastia, mas porque ainda a literatura constitui-se um privilégio para poucos.

Não podia, pois, deixar de ser restrito o número dos que, para além de saber ler, dispunham de tempo para o fazer, de dinheiro para comprar ou alugar os livros e da privacidade que a leitura requeria. E para estes, de acordo com as necessidades e as pretensões, o livro podia ser uma forma de pensar ou “matar” o tempo, mas também um precioso instrumento de prestígio social⁶

Assim, a polêmica em torno da perseguição da intelectualidade militante a cada mudança de partido e de ministério não pode ser vista como uma perseguição da elite contra as classes mais baixas e, por conseguinte, mais vulneráveis. Ela constitui-se mais uma disputa interna de poder, no seio desta mesma elite. Evidentemente, esta elite já não é tão restrita como nos tempos de Voltaire, como evoca Eça de Queirós no prefácio ao livro de seu amigo Conde de Arnoso⁷. Ainda assim, ela está longe de constituir-se um grupo amplo dentre aqueles que sabem ler e escrever.

Demograficamente, esta elite pode ser vista como uma minoria intelectualizada; sociologicamente, pode-se dizer que ela vê todo o resto do país como constituído de uma horda de brutos a serem tutelados. Mais

⁶ M. R. Cunha, *op. cit.*, p. 83.

⁷ Diz Eça a respeito das transformações no campo da escrita literária e jornalística: “Nos tempos em que Voltaire, já depois de Candide, mesmo já depois da Pucelle, se contentava com cem leitores — tempos que nos devem parecer bem incultos, neste ano da Graça e de voraz leitura em que o Petit Journal tira oitocentos mil números” (J. M. Eça de Queirós, “Carta-prefácio a Azulejos do Conde de Arnoso”, in *Cartas Públicas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p.187).

acessível ao leitor médio, não é à toa que o romance constitui-se, durante o século XIX, a forma padrão da veiculação de ideias e de projetos formativos. Forma burguesa por excelência, na visão do jovem Lukács, ele será escolhido pelo Romantismo e depois pelo Realismo como gênero literário preferido, desbancando assim o lirismo da poesia árcade, extremamente aristocrática.

Assim, os leitores que possam ser recrutados no interior das classes médias e do proletariado são levados a uma experiência artística nova, cada vez mais de características massivas, e cada vez mais voltada para o lucro comercial. Aqueles que receberam uma educação formal e conquistaram a glória de pertencer ao restrito número de alfabetizados não necessariamente são valorizados como seres pensantes e capazes, portanto, de contribuir para a escolha do rumo que o país deve tomar. No âmbito de avanço do capitalismo e da formação da indústria de massa, no entanto, eles são sempre bem-vindos, se não como cidadãos, como consumidores.

Se há excluídos dentre os novos grupos de leitores que surgem; se a educação escolar não foi capaz, a despeito das promessas liberais, de trazer maior igualdade e dignidade; o avanço do capitalismo aumentou a pobreza e fragilidade das classes baixas e sua dependência em relação aos patrões, cada vez mais ricos. Por conseguinte, se os “proletariados das letras” não são ouvidos e são importantes apenas enquanto consumidores e subservientes bajuladores, o que dizer dos analfabetos e dos camponeses? Eles só merecem menção, dentro do discurso da elite culta, rica e poderosa, quando causam preocupação. São lembrados apenas quando sua pobreza os leva a um estado de revolta que faz com que eles se tornem uma ameaça.

Daí a censura aos intelectuais poder ter como alvo estes despossuídos. Havia o medo de que ideias contestadoras viessem a se espalhar. Ainda mais diante do cenário de paternalismo que se percebe no século XIX, com a elite a querer instruir e educar as classes incultas por meio de suas produções culturais, sobretudo do teatro, da imprensa e do romance. Temia-se o surgimento de líderes dentro desta classe marginalizada; ainda que líderes vindos de outras classes, mais bem preparadas intelectualmente. Assim, afirma Rodrigues, procurando entender a censura no século XIX, em Portugal: “As ideias socializantes dos meados do século XIX aparecem tão perturbadoras do *statu quo* como as ideias reformado-

ras do século XVI”⁸. Por isso, a perseguição aos críticos e a defesa acirrada dos antigos centros de poder intelectual; locais em que a ordem encontra seus pilares ideológicos e a defesa ardorosa de seus princípios.

Mas, apesar da “guerra” que se lhe fazia, a Universidade coimbrã manter-se-á, até à República, impenetrável a transformações radicais e a Faculdade de Direito continuaria a fornecer o pessoal para os lugares de direcção na função pública e também grande parte do pessoal político superior⁹

O Liberalismo Português passa necessariamente pela luta contra a Universidade de Coimbra, que defendia seu posto de dona do espaço cultural/intelectual português. As polémicas com este centro reacionário duram todo o XIX e geram não apenas a Questão Coimbrã, em 1865, mas toda uma ampla gama de artigos de jornais, discursos, romances, livros analíticos a favor e contra o modelo universitário então vigente.

Nesta luta por uma renovação do ambiente intelectual e cultural, a formação das novas gerações passa a ser essencial. Toda e qualquer tentativa de reforma educacional no século XIX lusitano passa pela questão da reforma da Universidade. Vários projetos são discutidos e este bastião de conservadorismo consegue ainda assim arrastar-se mais ou menos intacto durante todo este período.

Interessante notar, entretanto, que, embora tão poderosa e tão duramente atacada por alguns, a Universidade nunca deixou de ser formada por um pequeno grupo de lentes e alunos, comparativamente ao resto da população portuguesa. Cunha menciona o “reduzido número relativo à população universitária, aproximando-se do milhar na década de 70 e não ultrapassando os 1500 no final do século”¹⁰. Seu poder, porém, vinha muito mais do peso de sua tradição que de sua capacidade de disseminar por toda a sociedade pessoas formadas em seus bancos. Ressalta-se, assim, mais uma vez, o carácter elitista da intelectualidade portuguesa.

E não será, com efeito, o surgimento de outro centro universitário de igual prestígio, capaz de rivalizar com Coimbra, que diminuirá o poder desta universidade e democratizará o acesso ao conhecimento e o livre

⁸ G. A. Rodrigues, *Breve história da censura literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 91.

⁹ M. L. L. Santos, “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”, *Análise Social*, n.º 57, 1979, p. 102.

¹⁰ M. R. Cunha, *op. cit.*, p.41.

debate de ideias. Isto foi verdade para a oposição entre Oxford e Cambridge, na Inglaterra, mas não aconteceu em Portugal. O relativo enfraquecimento da Universidade se dá pelo próprio emergir de uma cultura de massa cada vez mais bem estruturada e mais explorada comercialmente. Acompanhando a queda da aristocracia, este fenômeno traduz o fortalecimento burguês e corresponde-lhe, como um equivalente cultural de seu domínio econômico cada vez maior.

Assim, em tempos de avanço capitalista, uma cultura de massa substitui a erudição livresca e serôdia do clero e dos lentes. O latim e o tomismo perdem poder, mas não para as ciências exatas e suas pesquisas avançadas no âmbito do conhecimento natural. Este tipo de conhecimento se desenvolve pouco em Portugal. Na segunda metade do século XIX, já não se discute religião com a mesma frequência numa casa tipicamente portuguesa e não se admira profundamente o elegante saber de um professor da Universidade. Em seu lugar, porém se discute, como atesta várias vezes Eça de Queirós, as aventuras d'*Os três mosqueteiros* ou os amores de Elvira; a admiração respeitosa, por sua vez, dirige-se aos senhores romancistas, criadores destas personagens e de uma verdadeira máquina de ganhar dinheiro: o folhetim romanesco. Consolida-se, assim, o capitalismo e morre o Antigo Regime. Com ele, morre o apego à erudição. Tem-se, agora, o império das classes médias.

Esta realidade, que Eça de Queirós e tantos outros, testemunham em textos diversos, é atestada pela historiografia como fato correto. De fato, o Portugal que assiste ao *fin de siècle* carrega consigo certa desilusão, como afirma Eduardo Lourenço; fruto destas radicais transformações e das frustrações das mais variadas expectativas quanto aos benefícios que elas poderiam ter trazido. Já não há mais volta, porém. Tudo mudou. Não há espaços idílicos de preservação do passado. Nem mesmo o campo já não é mais o mesmo. A cultura e a literatura não passam incólumes a estas transformações, evidentemente.